

ID: 107781323

24-10-2023

Governo Regional garante indemnização de profissionais da pesca afetados pelas AMP

Proposta de criação de áreas marinhas protegidas (AMP) nos Açores entregue no parlamento até fim do ano, revelou o presidente do Governo Regional

LUSA/NUNO MARTINS NEVES
nunomneves@acorianoriental.pt

O presidente do Governo Regional dos Açores disse ontem que a proposta de criação de reservas marinhas em 30% do mar da região deve dar entrada no parlamento açoriano "até ao final deste ano".

"Se adiantarmos, como é nossa pretensão, até ao final

deste ano, a definição científica, num diálogo participado com todos os *stakeholders*, estamos a liderar no mundo pelo exemplo", afirmou o presidente do executivo açoriano, José Manuel Bolieiro.

O governante falava em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, no âmbito do encontro "Fora da Caixa", promovido pela Caixa Geral de Depósitos, sobre o mar e o desenvolvimento económico dos Açores.

Segundo José Manuel Bolieiro, Portugal já antecipou a meta para atingir 30% de área marinha protegida de 2030 para 2026, mas os Açores estão em condições de colocar essas reservas "sobre a forma e a

letra de lei" até ao final do ano.

Para já, as áreas marinhas protegidas serão criadas apenas em alto mar, mas a região criará também reservas costeiras, adiantou o presidente do executivo açoriano.

Bolieiro referiu-se à Lei do Mar, alegando que é "ilegítimo" retirar competências aos órgãos de governo próprio

"Quero deixar bem claro, nós assumimos em nome do futuro e da sustentabilidade que qualquer demonstrada

perda de rendimento dos armadores, dos pescadores, quanto à economia extrativa, fazemos a indemnização respetiva da perda desse rendimento", assegurou.

José Manuel Bolieiro disse ainda esperar que o plano de ordenamento do espaço marítimo regional, aprovado por unanimidade na comissão consultiva, possa ser integrado "sem qualquer adulteração" no plano de situação do ordenamento marítimo nacional.

O presidente do Governo Regional voltou a mostrar-se contra a alteração à Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo, alegando que é "ilegítimo" retirar competências aos órgãos de governo próprio de uma região que tem o mar como identidade.

"Não podemos tolerar que haja uma diminuição desta participação. Não se trata de definição de fronteiras ou de utilização para outros fins de defesa e segurança internacional, que esta é obviamente

uma competência exclusiva da soberania. Trata-se da avaliação e da fruição económica e ambiental que a nós nos interessa salvaguardar", salientou.

José Manuel Bolieiro salientou que os Açores têm 56% do mar de Portugal e que se sentem "com legitimidade para exigir retorno económico deste ativo da natureza".

Entre as atividades com potencial, destacou a passagem de cabos de fibra ótica em águas "mais salvaguardadas" do risco de terrorismo ou de atos de vandalização e o combate às alterações climáticas.

"Temos um elemento sequestrador de carbono que é decisivo e impactante no mundo. Por que não refletir sobre um mercado voluntário de créditos de carbono no futuro, que possa merecer um rendimento por parte deste ativo de natureza que representa o nosso mar na economia regional e nacional", apontou. ♦